

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Correio Braziliense

[Título: Nomes tradicionais na corrida dos estados](#) 8

Valor Econômico

[Título: Governo quer mudar concessão de gasoduto](#) 14

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Empresas ligadas ao consumo são apostas de alta na Bolsa	2
Título: Novos cortes à espreita	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: O estrago causado pelo PT.....	7
VEÍCULO: Correio Braziliense	8
Título: Nomes tradicionais na corrida dos estados	8
Título: Coletores de calor simplificados	10
VEÍCULO: Valor Econômico	14

Título: Governo quer mudar concessão de gasoduto	14
Título: China estuda banir carros a combustão	15
Título: Destaques	16
Título: Itaipu tem de ficar sob a Eletrobras, mesmo privatizada	17
Título: Cemig diz que saída de Andrade não afeta gestão	19
Título: Mineradoras voltam à cena para investir	20
Título: Investidor vê valorização adicional para empresa sem golden share	22
Título: Eletrobras terá Itaipu mesmo privatizada	24

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: RENNAN SETTI E ANA PAULA RIBEIRO

Título: Empresas ligadas ao consumo são apostas de alta na Bolsa

Analistas esperam que ações sejam beneficiadas por queda de juros e sinais de retomada da economia

RIO E SÃO PAULO- O ciclo de queda de juros para os menores patamares da história e o surgimento de sinais de retomada econômica devem fazer com que ações ligadas ao consumo interno sejam o grande destaque na busca da Bolsa brasileira por um novo recorde. Com uma alta acumulada de mais de 21%, a B3 (antiga Bovespa) só perde este ano para Hong Kong entre os principais mercados acionários do mundo. O índice Ibovespa fechou na sexta-feira a 73.078 pontos, perto de seu pico histórico, de 73.516 pontos, alcançado em 20 de maio de 2008. Depois da divulgação de uma inflação abaixo da esperada na semana passada, muitos economistas passaram a prever que a Taxa Selic cairá abaixo de 7% no fim de 2017. A combinação de juros menores e ritmo mais lento de alta dos preços tende a estimular o consumo, como já vem acontecendo.

Após nove trimestres sem crescimento, o consumo das famílias avançou 1,4% entre abril e junho e foi o principal responsável por impulsionar a economia no período. Com isso, especialistas veem como promissora a perspectiva de empresas que dependem dessa demanda interna. Relatório do Bank of America Merrill Lynch afirmou que a melhora de companhias ligadas a varejo, bens de capital e também de construção pode levar o lucro por ação das ações

brasileiras a subir até 17% em 2018. — A inflação está caindo, e os bancos começam a repassar a redução da Selic para os juros. Isso vai ajudar a estimular o crédito ao consumo em um primeiro momento.

Depois, a volta do crédito deve ajudar também as empresas da construção civil — avaliou Ari Santos, da corretora H.Commmcor. Luiz Roberto Monteiro, da corretora Renascença, vê oportunidades no segmento de shoppings centers e também cita os setores automobilístico e de logística. — As vedetes do mercado, no varejo, têm sido a Magazine Luiza e as Lojas Renner. Mas o segmento de shoppings também pode ser interessante. Eu incluiria ainda o setor automobilístico, porque tem havido alguma melhora de atividade nele. Pode-se citar Localiza, Randon e até a Usiminas, que fornece chapas para a fabricação de veículos. Julio Hegedus Netto, da Lopes & Filho, indica preferência pela Weg (alta de 40% no ano), que produz peças usadas no segmento automotivo. Em relatório recente, o JP Morgan destacou como papéis mais sensíveis ao ciclo de queda de juros a Ecorodovias, a Rumo, a Cemig, a Br- Malls, o Itaú Unibanco e as Lojas Americanas.

No caso dos bancos, Hersz Ferman, da Elite Corretora, observou que, ao contrário do senso comum, eles tendem a ser favorecidos por juros menores, porque isso diminui a inadimplência. Segundo o analista, o pico dos calotes parece ter ocorrido no fim do ano passado e, por isso, os bancos já reagiram positivamente na Bolsa. Agora, um novo ciclo de crescimento dependerá da retomada do crédito, observa Ferman: — Pode ser que o próximo passo seja a volta do crescimento da carteira de crédito. Se a economia começar de fato a melhorar, pode ser que eles se sintam mais confortáveis para voltar a emprestar. Mas, por enquanto, continuam restritivos.

OPORTUNIDADES NO SETOR DE ENERGIA

Além do consumo aquecido, analistas apontam o setor de energia como outra aposta. Isso porque essas empresas perderam muito valor com a reestruturação do setor no fim de 2013. Agora, com a expectativa de mudanças no marco regulatório do setor, os papéis voltam a ficar interessantes, incluindo aí os planos de privatização da **Eletrobras**. A aposta da corretora Coinvalores é nas ações da Copel (alta de 13,40% no ano). A concessionária paranaense se beneficia da alta dos preços de energia no mercado de curto prazo, que devem ajudar nos números do terceiro trimestre. Mas as mudanças regulatórias são outro fator positivo. Há empresas, contudo, que são prejudicadas pelo ciclo de queda de juros, segundo Ferman. É o caso de seguradoras. — É um setor cujo desempenho das aplicações financeiras é muito importante para o resultado final. Com juros menores, a rentabilidade total dos seus negócios tende a cair com força. Por isso, temos visto a saída de muitos investidores do setor — explicou.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: MANOEL VENTURA MARTHA BECK****Título: Novos cortes à espreita**

Frustração de receitas e dúvidas sobre leilão de usinas dificultam cumprimento de meta fiscal

BRASÍLIA - Mesmo com aval do Congresso para ampliar o rombo das contas públicas em R\$ 20 bilhões, o governo pode ser obrigado a fazer novos cortes no Orçamento de 2017 e provocar um shutdown, ou seja, a paralisação da máquina pública. A ampliação da meta fiscal de um déficit primário de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões pode não ser suficiente para acomodar todas as frustrações de receitas do ano. Entre as principais incertezas para a arrecadação do governo este ano está o leilão de quatro hidrelétricas operadas atualmente pela Cemig, com o qual o governo espera embolsar ao menos R\$ 11 bilhões. Assim, além de não conseguir reverter o forte contingenciamento de quase R\$ 45 bilhões já feito nas despesas, os técnicos teriam que apertar ainda mais o cinto, paralisando por completo os investimentos e alguns serviços de atendimento à população.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no qual estão concentrados os investimentos públicos, já foi cortado em R\$ 7,5 bilhões. A Lei Orçamentária de 2017 previa R\$ 36 bilhões para o PAC, mas, com as tesouradas até agora, o número baixou para R\$ 19,7 bilhões. Quando propôs ao Congresso a alteração da meta fiscal, a equipe econômica informou que o alívio de R\$ 20 bilhões seria utilizado para compensar perdas de receitas e para reverter uma parte do contingenciamento. Nos cálculos do governo, seria preciso liberar ao menos R\$ 10 bilhões em despesas para atender ministérios de forma emergencial até o fim do ano.

‘O ESPAÇO FISCAL EXTRA APROVADO JÁ FOI EMBORA’

A liberação ou não de parte do contingenciamento ainda vai ser decidido até o dia 22 de setembro, quando o governo precisa publicar o novo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. É nesse documento que os técnicos informam se terão condições de fazer alguma liberação de gastos ou se precisarão contingenciar mais. Embora o espaço seja pequeno para afrouxar despesas, a ala política e os ministérios pressionam a equipe econômica para poder pagar contas atrasadas e executar programas. Essa pressão também pesa na decisão sobre o Orçamento. Então, é possível que haja alguma liberação de gastos este mês, mas, até o fim do ano, o governo poderá ter de fazer novos cortes. A frustração de receitas prevista seria de R\$ 14,652 bilhões, sendo R\$

1,152 bilhão com o programa de repatriação, R\$ 500 milhões com uma revisão da alíquota do PIS para álcool e R\$ 13 bilhões com novo Refis.

O programa de parcelamento de dívidas tributárias ainda está em negociação entre o governo e o Congresso, mas os técnicos já sabem que a arrecadação estimada não se confirmará e, na prática, será bem menor. No entanto, ainda existem outras frustrações à frente. A mais grave delas é a possível perda de R\$ 11 bilhões com atraso ou mesmo com a não realização de leilões das usinas da Cemig. Além disso, apenas em julho a arrecadação ficou R\$ 6 bilhões abaixo do esperado. Há ainda receitas incertas como o R\$ 1 bilhão previsto com a privatização da Lotex, que já entrou e saiu das estimativas do governo várias vezes. — O espaço fiscal extra aprovado já foi embora. Não tem como fazer uma liberação — disse um técnico do governo.

LIBERAR AGORA, CORTAR NO FIM DO ANO

Para o pesquisador do Ibre/FGV e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Manoel Pires, mesmo com o aumento do déficit primário de 2017, o governo continua com uma meta apertada para o ano. Segundo ele, além de depender de receitas extraordinárias, como o leilão da Cemig e a privatização da Lotex, o governo também pôs em suas contas uma estimativa de R\$ 9 bilhões de “esforço de arrecadação” cuja origem ainda não está clara. Para ele, diante das pressões, o governo poderia fazer uma liberação de gastos no relatório bimestral de setembro e deixar para fazer um shutdown no documento de novembro, paralisando a máquina pública apenas no último mês do ano. Depois disso, já virá um outro Orçamento. Um dos principais focos de incerteza, o leilão de quatro hidrelétricas operadas Cemig, marcado para o dia 27 deste mês, está suspenso pela Justiça de Brasília.

Ao mesmo tempo, o governo tentava negociar com a estatal mineira para que a empresa pagasse os valores e continuasse a operar as hidrelétricas. Essa negociação, no entanto, foi barrada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que viu riscos de um acordo paralelo prejudicar o leilão. Os ministros da corte querem que o governo se decida e diga se prefere o leilão ou a negociação com a empresa — mas não os dois casos simultaneamente. Todo o vaivém em torno das hidrelétricas deixa em aberto a realização do leilão, afasta potenciais compradores e compromete as expectativas do governo com a concorrência, segundo especialistas que acompanham o assunto. O governo quer oferecer a concessão das hidrelétricas de São Simão (R\$ 6,74 bilhões), Jaguará (R\$ 1,9 bilhão), Miranda (R\$ 1,1 bilhão) e Volta Grande (R\$ 1,29 bilhão) por 20 anos, com o objetivo de arrecadar ao menos R\$ 11 bilhões no total.

Juntas, as quatro usinas têm capacidade para gerar 2,9 gigawatts de eletricidade, o equivalente a quase metade do parque gerador da estatal

mineira. A concessão das hidrelétricas também é alvo de uma disputa jurídica entre o governo e a estatal mineira, que é vista com preocupação por investidores interessados nas usinas. A Cemig alega que os contratos de três dessas usinas preveem a renovação automática das concessões. O governo afirma que a empresa se recusou a renovar as concessões com base em critérios definidos por uma lei de 2013 e que cabe à União decidir se prorroga ou não os contratos. O assunto está no Supremo Tribunal Federal (STF), que chegou a marcar o julgamento do tema para o mês passado.

A pedido do governo, o relator do processo, ministro Dias Toffoli, retirou o assunto da pauta. A decisão do Supremo era aguardada por investidores como sinal verde para participar do leilão, já que haveria segurança jurídica sobre os ativos. Após intensa pressão política da bancada de Minas Gerais, no entanto, o Palácio do Planalto determinou que a equipe econômica negocie com a estatal mineira a possibilidade de a empresa pagar pelas usinas. Por isso, mesmo com todos os preparativos para o leilão em andamento, o governo estaria disposto a aceitar uma proposta da empresa. A Cemig propõe pagar R\$ 9,7 bilhões por três usinas (São Simão, Jaguará e Miranda), enquanto Volta Grande seria devolvida. O problema é que, sem caixa próprio suficiente para bancar a compra das usinas, a elétrica tenta um empréstimo bilionário para pagar ao governo pelas hidrelétricas. A empresa ainda não conseguiu convencer os bancos, encabeçados pelo BNDES, a conceder o financiamento.

INCERTEZA PODE AFETAR PREÇO DAS USINAS

A incerteza criada com a negociação entre a Cemig e governo e, ao mesmo tempo, a suspensão do leilão pela Justiça atrapalham os planos dos investidores e deve afetar os preços das ofertas, mesmo que a concorrência ocorra neste ano. O especialista em energia Fernando Umbria, da LPS Consultoria, afirma que a situação do leilão “é péssima” e ele deve ser adiado, sob risco de não haver empresas interessadas. Ele lembra que a decisão de uma empresa em participar de um leilão é complexa, requer a formação de equipes com consultores, uma série de preparativos que custam caro e precisam ser feitos com antecedência: — Quando você tem uma situação incerta, inclusive sob o ponto de vista jurídico-legal, causa insegurança. Qual investidor em sã consciência vai entrar num leilão de um ativo que pode ter uma reviravolta no futuro?

Umbria também considera irregular a negociação aberta pelo governo para que a Cemig compre as três usinas: — Não pode dar preferência para a empresa. Isso é totalmente irregular. Uma eventual negociação com a Cemig seria no sentido de liberar o processo, fazer com que o processo caminhe. Quem tem interesse em participar do leilão fica com a pulga atrás da orelha. A oferta tem que ser pública, a menos que seja uma nova regra. O governo já recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para tentar manter o leilão no dia 27, mas

ainda não houve decisão. A Cemig informou que vai entrar na Justiça contra a decisão do TCU que suspendeu as negociações entre a empresa e a União. l

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: O estrago causado pelo PT

A partir das provas obtidas pela Operação Lava Jato, auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) constataram que os desvios na Petrobrás são muito maiores que os detectados em auditorias anteriores. Em algumas obras, o prejuízo chega a ser 70% acima do cálculo anterior, revelou o Estado. É mais um passo na difícil tarefa de avaliar, em sua real dimensão, os danos causados ao País pela empreitada petista de tomar o Estado para seus fins particulares. A revisão do valor dos danos baseia-se em informações obtidas com a quebra de sigilo de algumas empreiteiras investigadas. O TCU recebeu da 13.ª Vara Federal Criminal de Curitiba, do juiz Sérgio Moro, notas fiscais emitidas por fornecedores de materiais usados pelas empreiteiras nas obras da Petrobrás. Os documentos mostraram o custo real de alguns equipamentos específicos da indústria de petróleo, que antes não constava dos sistemas oficiais de pesquisa de preços consultados pelo tribunal. A comparação dos valores praticados no mercado com os previstos nos contratos deixou patente que o rombo era ainda maior.

O TCU reavaliou um contrato relativo ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e três da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Segundo os auditores do tribunal, a Petrobrás perdeu, apenas nesses quatro contratos, R\$ 3,7 bilhões, em valores atualizados. No contrato da Petrobrás com o consórcio integrado pela Odebrecht e a UTC Engenharia para a construção da Central de Desenvolvimento de Plantas de Utilidades (CDPU), uma das estruturas mais importantes do Comperj, houve um superfaturamento 70% maior do que o apontado pela auditoria anterior. As perdas saltaram de R\$ 295 milhões para R\$ 505 milhões. Em valores atualizados até outubro de 2016, os prejuízos chegam a R\$ 686 milhões. A fiscalização mostrou que, a cada R\$ 10 pagos pela Petrobrás ao consórcio, R\$ 4 eram indevidos. Também se constatou que a própria realização do contrato com o consórcio foi irregular, com dispensa de licitação.

“Essa contratação ocorreu por meio de pagamento de propinas a gestores da Petrobrás e apresentação à Diretoria Executiva de ‘emergência fabricada’, com premissas falhas e justificativas insubsistentes”, afirma o relatório. Os auditores do TCU propõem o bloqueio dos bens de seis pessoas, entre executivos da estatal e das empreiteiras, e de sete empresas dos grupos integrantes dos

consórcios, incluindo UTC e Odebrecht, para garantir o ressarcimento dos prejuízos. Na Refinaria Abreu e Lima, a reavaliação do TCU apontou um prejuízo 32% maior na Unidade de Destilação Atmosférica (UDA) e de 15% na Unidade de Hidrotratamento de Diesel (UHDT), em contratos envolvendo a Odebrecht e a OAS. Notas fiscais de 2009 permitiram descobrir um sobrepreço de R\$ 1,36 bilhão nos dois empreendimentos. Antes, estimava-se um prejuízo de R\$ 1 bilhão.

Em valores do ano passado, o desvio chega a R\$ 2,1 bilhões. Os técnicos do TCU também revisaram as contas relativas às obras de implementação das “tubovias”, o complexo de 60 mil toneladas de dutos da Refinaria Abreu e Lima, empreendido pela Queiroz Galvão, em consórcio com a Iesa. O sobrepreço inicial, de R\$ 605 milhões, foi reavaliado em R\$ 689 milhões. Corrigido, o valor alcança R\$ 1 bilhão. O resultado impressiona: quatro contratos geraram um prejuízo à Petrobrás de R\$ 3,7 bilhões. No momento, o TCU refaz as contas de, pelo menos, mais nove contratos da Abreu e Lima, da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, e também da Usina de Angra 3, gerida pela Eletronuclear. Não é novidade o estrago causado pelo PT, mas é bem-vinda uma avaliação de suas reais proporções, seja para cobrar as reparações, seja para evidenciar o custo que representou ao País a passagem do sr. Lula da Silva e de sua pupila Dilma Rousseff pela Presidência da República. Não é possível que, depois de tão amarga experiência, os embustes do populismo lulista ainda possam enganar algum incauto eleitor.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Paulo de Tarso Lyra e Maiza Santos

Título: Nomes tradicionais na corrida dos estados

Ao contrário das previsões sobre a busca por novos nomes para concorrer às eleições de 2018, nos estados, os candidatos apresentados até agora são integrantes da política tradicional. A começar do fato de apenas 1/3 dos 27 estados não ter o governador concorrendo à reeleição. Em 18 deles, o atual mandatário buscará mais quatro anos de gestão, apesar do extremo desgaste da classe política. “O risco é você entrar o último ano de mandato com uma rejeição de 70%”, afirma o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), um dos prováveis candidatos a um cargo no Executivo no ano que vem.

No Distrito Federal, por exemplo, o atual governador Rodrigo Rollemberg (PSB) enfrenta essa situação de desgaste popular. Em entrevista recente ao CB.Poder do Correio, o senador Cristovam Buarque (PPS) anunciou a criação de uma frente ampla composta por ele, o ex-secretário de Saúde Jofran Frejat e o deputado distrital Joe Valle (PDT) para enfrentar o atual governador. O

deputado federal Alberto Fraga (DEM), o senador Reguffe (sem partido) e a petista federal Erika Kokay também são nomes cotados ao Buriti.

No Acre, o governador Tião Viana não pode mais concorrer, mas são boas as chances de o prefeito de Rio Branco, Marcus Alexandre, perpetuar a dinastia petista que já dura 15 anos à frente do estado. Em Alagoas, o candidato à reeleição é Renan Filho (PMDB), que, ao lado do pai, o senador Renan Calheiros, recebeu a comitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de braços abertos na semana retrasada. O principal adversário é o prefeito de Maceió, o tucano Rui Palmeira. No Amazonas, Amazonino acaba de ser eleito governador pela quarta vez para um mandato tampão, o que lhe dá direito de concorrer no ano que vem, provavelmente contra o senador Eduardo Braga (PMDB) e a deputada Rebeca Garcia (PP).

A disputa baiana tende a ser acirrada entre o governador Rui Costa (PT) e o prefeito de Salvador ACM Neto (DEM). Camilo Santana (PT) sonha em reeleger-se mas pode ter a concorrência dos senadores Eunício Oliveira (PMDB) e Tasso Jereissatti (PSDB). Em Minas Gerais, a grande incógnita é se o atual procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deixará o serviço público para tentar uma vaga ao Palácio da Liberdade. “Esse grand finale dele pode ter repercutido mal nos formadores de opinião (o recuo na delação). Mas tem o discurso de que foi humilde e recuou de uma decisão tomada e ainda jogou luz sobre o Supremo”, analisou um estrategista político.

Reeleição

Em Pernambuco, Paulo Câmara (PSB) vai para a disputa pela reeleição contra o ministro da Educação Mendonça Filho (DEM); o ex-prefeito do Recife João Paulo (PT); o **ministro de Minas e Energia Fernando Bezerra Coelho Filho (PMDB)** e o senador Armando Monteiro Neto (PTB). E, no maior estado do país, São Paulo, os tucanos, que estão no comando desde 1994, desfilam uma infinidade de pré-candidatos, mas não demonstram nenhuma unidade: Davi Uip, Luiz Felipe D’Ávila são cotados. O vice-governador Márcio França (PSB) quer concorrer com o apoio do PSDB e o peemedebista Paulo Skaff sempre é lembrado.

Para a vice-presidente da Ideia Inteligência, Cila Schulmann, o país vive um momento de alternância entre a busca pelo novo e a manutenção dos atuais nomes. “O eleitor está desiludido e em busca de alternativas. De outro lado, quem tem liderança em algum setor começa a pensar em entrar na política para tentar resolver os problemas que afligem a todos nós. É um risco na medida em que quem melhor faz política são os políticos”, ponderou ela.

Cila, que tem experiência em campanha e está assessorando Luiz Felipe D’Ávila na disputa interna no PSDB, lembra que, não necessariamente, o fato de ser

novo significa que é um bom candidato ou será um bom governante. “O eleitor precisará prestar atenção na formação, nas atitudes, nas bandeiras dos candidatos. Escolher só porque é novo é uma ilusão”, alertou.

*** Estagiária sob a supervisão de Paulo Silva Pinto**

Rio é exceção

A eleição do Rio de Janeiro deverá ter pelo menos dois candidatos de fora do ambiente político: o técnico de vôlei Bernardinho e o presidente do Flamengo, Eduardo Bandeira de Mello. Podem disputar a eleição ainda o senador e ex-jogador de futebol Romário, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, o prefeito do Rio, Marcelo Crivella, além de Índio da Costa.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Tecnologia e Inovação

Autor: Victor Correia

Título: Coletores de calor simplificados

Existem duas formas principais de coleta de energia solar: os painéis fotovoltaicos, que a transformam diretamente em eletricidade; e os sistemas térmicos, usados para aquecer água em residências e, em alguns casos, gerar eletricidade por meio do vapor. Esses últimos, mais avançados, utilizam as chamadas superfícies seletivas, feitas com materiais capazes de transformar, de forma mais eficiente, a energia do Sol em calor. Porém, os sistemas térmicos têm produção de custo alto e usam métodos complexos, que demandam muita energia.

Na tentativa de torná-los mais acessíveis, pesquisadores da Universidade Columbia, nos Estados Unidos, criaram uma forma alternativa para a produção das superfícies seletivas. O projeto tem como base uma reação química simples e espontânea para cobrir uma placa de zinco com átomos de cobre, formando uma superfície que absorve até 97% da energia solar e perde apenas 10% de calor por radiação térmica. Por ser uma reação espontânea, o mecanismo dura pouco tempo, além de produzir um material capaz de coletar a energia solar eficientemente do amanhecer ao pôr do sol.

“A produção sofisticada e o alto preço das superfícies seletivas mostram que elas não são usadas em larga escala, especialmente em lugares como o sul da Ásia e a África, que poderiam se beneficiar com coletores solares de baixo custo”, afirma Jyotirmoy Mandal, um dos autores do artigo, divulgado

recentemente na revista *Advanced Materials*. “Considerando que nosso processo é tão simples que é usado em demonstrações de química no ensino médio, não fica difícil imaginar que pequenas indústrias em diversas comunidades poderiam facilmente usar esse processo para produzir superfícies seletivas de alta performance”, continua o pesquisador.

O processo usa uma reação química chamada reação de substituição. Uma tira de zinco é mergulhada em uma solução aquosa de um sal de cobre. O zinco, metal mais reativo, se ioniza e substitui o cobre nessa combinação. Ao mesmo tempo, os íons de cobre se transformam em átomos e cobrem a tira metálica com nanopartículas que absorvem a luz eficientemente. “Elas exibem um comportamento especial, chamado comportamento plasmônico, o que faz com que absorvam muito bem a luz do Sol”, afirma Mandal.

Segundo o pesquisador, essa é uma forma de produção simples, que gasta pouca energia e usa materiais baratos e amigáveis ao meio ambiente. Além disso, a performance das superfícies produzidas é comparável à tecnologia de ponta atual, com 97% de absorção da luz solar com o Sol a pino e 80% com o Sol no horizonte. “Os resultados da pesquisa são bons, têm uma boa estabilidade, alta absorvência e a emissividade é de 10%, o que é ótimo”, avalia Arno Krenzinger, coordenador do Laboratório de Energia Solar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. “Eles mostraram o desenvolvimento de uma superfície seletiva de muito boa qualidade. A questão de o método ser mais barato é difícil de julgar.”

Segundo o professor, um método de produção que funcionou bem em laboratório não funcionará necessariamente da mesma forma em uma indústria. Além disso, não há como garantir que os custos cairão de forma significativa. “Às vezes não é tão impactante o fato de que apenas um dos processos da produção baixou o custo. Uma peça que custava US\$ 5, e agora custa US\$ 4, não gera uma economia grande”, explica.

Por outro lado, Krenzinger cita o exemplo de outro componente usado em alguns sistemas solares térmicos. Alguns coletores possuem dois tubos, um dentro do outro, responsáveis por aquecer a água. A produção do tubo interno envolve um tratamento com cobre que o permite absorver a luz e transformá-la em calor. “Eu sempre dizia nas aulas que fazer um vidro desse tipo seria muito caro. Mas os chineses passaram a produzir esses tubos a R\$ 15, e fazem em grande quantidade. Coisa que há 20 anos eu achava impossível”, ilustra.

Desafios

No Brasil, as superfícies seletivas não são muito utilizadas. Devido à alta

temperatura ambiente, a menor perda de calor por meio da radiação em coletores comuns não justifica o alto preço da tecnologia. “Não tem muito mercado, porque ele é mais caro, com materiais melhores, mas não é como se resolvesse um problema que não possa ser resolvido com dois coletores comuns”, afirma Krenzinger.

Segundo Mandal, ainda existem alguns desafios na pesquisa. “Poucas combinações de metais foram testadas. Além disso, como nossas superfícies são metálicas, elas podem oxidar, se expostas a ambientes hostis por muito tempo. Nós estamos trabalhando atualmente para encontrar outros pares de metais para nosso método, encontrar processos simples e baratos para estabilizar as superfícies para o uso em ambientes extremos e outras aplicações óticas”, lista.

* Estagiário sob a supervisão de Carmen Souza

Perdas e ganhos

Os coletores solares térmicos usam um material que absorve o calor para esquentar uma determinada quantidade de água. As superfícies seletivas são mais eficientes porque absorvem grande parte da luz solar e perdem muito pouco o calor acumulado por conta da radiação. Uma tinta especial preta, por exemplo, pode absorver também uma grande quantidade de luz, mas perde grande parte do calor acumulado em forma de radiação infravermelha.

“A produção sofisticada e o alto preço das superfícies seletivas mostram que elas não são usadas em larga escala, especialmente em lugares como o sul da Ásia e a África, que poderiam se beneficiar com coletores solares de baixo custo”

Jyotirmoy Mandal, um dos criadores e pesquisador da Universidade Columbia

Painéis podem também resfriar

Os painéis solares instalados em residências são geralmente usados para esquentar a água, por exemplo, para o banho. Mas pesquisadores da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, criaram um dispositivo que faz o oposto: resfria a água que passa por ele. A superfície refletiva do dispositivo devolve quase toda a luz do Sol que o atinge, recebe o calor da água que passa por ele e emite esse calor em forma de radiação para o espaço, sem gastar eletricidade.

O painel é capaz de resfriar a água a temperaturas abaixo da do ar, mesmo em dias muito quentes, e se conecta com sistemas tradicionais de resfriamento para diminuir o seu gasto de energia. Os testes mostraram que os painéis

podem diminuir em até 21% o uso de eletricidade de um sistema de ar-condicionado.

“Se você tem algo que é muito frio, como o espaço, e pode dissipar calor nele, você pode resfriar um objeto sem qualquer eletricidade ou trabalho. O calor apenas flui. Por essa razão, a quantidade de calor que sai da terra e vai para o universo é enorme”, explica Shanhui Fan, autor sênior do artigo, divulgado, semana passada, na revista Nature Energy.

O sistema usa o chamado resfriamento radiante, um processo natural que ocorre em todos os objetos, resultado da liberação de calor por moléculas. Isso pode ser visto em pedras e no asfalto, que emitem calor enquanto resfriam logo no começo da noite. Essa radiação passa pela atmosfera e chega ao espaço.

Normalmente, em um dia ensolarado, o Sol esquenta mais os objetos do que eles podem se resfriar. Por isso, os cientistas usaram um filme ótico de múltiplas camadas que reflete por volta de 97% da luz solar e, ao mesmo tempo, emite a sua radiação para a atmosfera. Sem o calor vindo do Sol, o resfriamento radiante pode abaixar a temperatura da placa abaixo da temperatura do ar. “Com essa tecnologia, não estamos mais limitados pela temperatura do ar, estamos limitados por algo muito mais frio: o céu e o espaço”, diz Eli Goldstein, coautor do artigo.

Sobre canos

Em experimentos publicados na Nature Energy em 2014, a mesma equipe usou pequenos pedaços de filme ótico, com cerca de 20cm de diâmetro, para mostrar que a superfície era capaz de resfriar a si mesma. Na pesquisa mais recente, os cientistas instalaram painéis quadrados, com 60cm de lado em cima de canos de água, no telhado de um edifício de Stanford, em setembro de 2015. Com a água se movendo a um ritmo relativamente rápido pelos canos, os painéis foram capazes de reduzir consistentemente a temperatura da água entre três e cinco graus célsius abaixo da temperatura ambiente, por um período de três dias.

Os pesquisadores também realizaram uma simulação, usando painéis cobrindo o telhado de um prédio comercial de dois andares em Las Vegas, uma cidade quente e seca, na qual os painéis funcionariam melhor. Eles calcularam quanta eletricidade poderia ser economizada se a água resfriada pelos painéis fosse usada pelo sistema de refrigeração do edifício. Em meses de verão, o sistema gastaria 14,3 megawatts-hora de eletricidade, uma redução de 21%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Governo quer mudar concessão de gasoduto**

O governo pretende abolir os leilões para a construção de gasodutos de transporte no país. O modelo de licitações de gasodutos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural, e Biocombustíveis (ANP), nos moldes dos leilões de linhas de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), está previsto na legislação em vigor. Na prática, porém, nenhum leilão do tipo foi realizado até hoje, por ausência de necessidade.

A ideia do governo é alterar o regime de concessão por um regime de autorização de gasodutos, porém de forma diferente do que era praticado antes da lei 11.909, de 2009, a "Lei do Gás".

Anteriormente, um transportador interessado em construir um determinado gasoduto precisava apenas apresentar o pleito à ANP, que, caso aprovasse, emitia uma autorização para a empresa. Com a "Lei do Gás", o gasoduto precisa estar incluído no Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário (Pemat) para ser leiloadado pela ANP. Nesse caso, o vencedor da licitação leva a concessão do duto.

O novo modelo em estudo prevê que o transportador interessado em construir um gasoduto apresente o pleito à ANP. O projeto, porém, estará sujeito à contestação por terceiros. E, caso surja outra empresa com plano de construção do gasoduto com um menor custo e maior benefício à malha atual, esta terá o direito de implantar o empreendimento. A avaliação dos custos e impacto na malha será feita pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

"O processo de concessão de um gasoduto de transporte passará a ser por autorização e não mais concessão. É uma autorização, mas tem possibilidade de contestação", afirmou o diretor de estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da EPE, José Mauro Coelho, acrescentando que a medida é tratada de comum acordo pela EPE, a ANP e o ministério de Minas e Energia.

O modelo em estudo "é diferente do método anterior à Lei do Gás, que era de autorização pura, no qual você chegava na ANP com o projeto e a ela emitia o termo", completou Marcelo Alfradique, superintendente adjunto de Gás e Biocombustíveis da EPE.

Segundo o diretor, o próprio Pemat, principal estudo de longo prazo da infraestrutura de gás natural, sofrerá modificações, a começar pelo nome, que

ainda não foi definido. "A ideia é que seja um plano mais indicativo, mais célere, mais participativo, com os agentes, os transportadores", explicou.

As mudanças estão previstas no novo marco legal que o governo quer lançar para o setor de gás natural, fruto do programa "Gás para Crescer", do **Ministério das Minas e Energia (MME)**. O texto com o novo marco estava previsto para ser entregue no fim de agosto à Casa Civil.

Sobre o mercado de gás natural liquefeito (GNL), a EPE constatou que, enquanto a importação no mercado global subiu no ano passado, o movimento no Brasil caiu cerca de 80%, em relação a 2015. Os principais motivos foram a recessão e a melhora do regime de chuvas, o que demandou menos gás para acionamento de termelétricas.

O dado faz parte de estudo da EPE sobre o tema e que subsidiou o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2026, colocado recentemente em consulta pública. O documento indicou a construção de pelo menos um novo terminal de regaseificação de GNL no Brasil nos próximos anos.

O terminal ficará em Sergipe, com capacidade de 14 milhões de metros cúbicos diários de gás. Parte desse volume abastecerá uma termelétrica que será construída próximo ao local. Com isso, a capacidade de regaseificação do Brasil crescerá dos atuais 41 milhões de metros cúbicos diários para 55 milhões de metros cúbicos diários.

Outro aspecto interessante mostrado pelo estudo da EPE é que dos 28 terminais de liquefação que estão previstos para entrar em operação até 2020, totalizando 426 milhões de metros cúbicos diários de gás natural, 13 serão construídos nos Estados Unidos (totalizando 214 milhões de metros cúbicos diários) e três serão implantados na Rússia (61 milhões de metros cúbicos diários).

Segundo Coelho, os números evidenciam a mudança do mercado global de GNL, que tinha o Catar como principal fornecedor, para um ambiente de rivalidade entre Estados Unidos, fruto do potencial do chamado gás de xisto, e Rússia, grande produtora de gás mas que até então concentrava exportações para a Europa, por meio de gasodutos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Agências internacionais

Título: China estuda banir carros a combustão

O crescente movimento para acabar com os veículos movidos a combustíveis fósseis ganhou um significativo impulso ontem com o anúncio de que a China - maior mercado mundial de carros - está estudando seguir o exemplo de países como Reino Unido e França - que recentemente anunciaram que vão proibir carros movidos a diesel e gasolina até 2040.

"Alguns países fizeram um cronograma para acabar com a produção e venda de carros de combustíveis tradicionais", disse o vice-ministro de Indústria, Xin Guobin, segundo reportou ontem a agência estatal Xinhua. "O Ministério também iniciou uma pesquisa relevante e fará um cronograma semelhante com os departamentos relevantes. Essas medidas certamente vão trazer profundas mudanças para o desenvolvimento de nossa indústria automotiva", disse Xin, que prevê tempos "turbulentos" pela frente nesse setor.

Pequim vê o carro elétrico como uma forma de superar as grandes montadoras e garantir maior participação global para as fabricantes chinesas. Graça a uma política de subsídios generosos, as chinesas vêm dominando o mercado doméstico de carros elétricos e híbridos. A BYD, que tem entre seus investidores o americano Warren Buffett, liderou as vendas nos sete primeiros meses do ano, com a entrega de 46.855 carros elétricos e híbridos, segundo a Associação de Carros de Passeio da China. A General Motors vendeu apenas 738 unidades desde que lançou seu modelo híbrido Velite 5 na feira de Xangai em abril.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Fim de acordo na Rumo

O rompimento do acordo de acionistas da Rumo por parte do grupo Cosan com a BNDESPar atende a acordos firmados em 2014, quando houve uma reorganização societária na empresa de logística, segundo uma fonte. "Não houve nada de extraordinário nesse rompimento", afirmou, lembrando que o braço de participações do BNDES já vinha vendendo suas ações no mercado. Agora, há a possibilidade de venda da totalidade restante dos papéis - 4,01% do capital da Rumo - como lhe convier. A partir de fevereiro deste ano venceu o prazo que impedia aos acionistas vender além de 50% da participação atrelada ao bloco de controle. Com a saída da BNDESPar, o acordo de acionistas ficou restrito à Cosan Logística, detentora de 28,47% do capital por meio de suas controladas, e à empresária Júlia Dora Antonia Koranyi Arduini, com 3,82%.

Mudança na Neoenergia

O conselho de administração da Neoenergia nomeou Mario José Ruiz-Tagle Larrain como novo presidente-executivo da empresa. O atual, Marcio Henrique Fernandes, renunciou à posição, após ser eleito em 24 de agosto com mandato de três anos. O motivo da renúncia não foi divulgado. Larrain deixa a presidência do conselho - cujo novo ocupante ainda será eleito em assembleia - e fica apenas como membro titular do colegiado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Itaipu tem de ficar sob a Eletrobras, mesmo privatizada

A decisão do governo de não incluir a megahidrelétrica de Itaipu Binacional na privatização do controle da Eletrobras não é tão simples quanto parece. Embora a parte brasileira da usina não pertença integralmente à estatal, o Tratado de Itaipu, que rege o funcionamento do empreendimento binacional, contém regras que preveem que a estatal brasileira e a Administración Nacional de Electricidad (Ande) sejam mandatárias em determinadas questões de Itaipu. Essas regras precisam ser mantidas mesmo com a desestatização da elétrica.

"A Eletrobras vai ter que continuar sendo a entidade jurídica a qual Itaipu estará abaixo. Ela [Itaipu] não pode passar diretamente para a União, porque isso ensejaria uma mudança no tratado. Na privatização da Eletrobras, vai ter que se dar um tratamento a Itaipu para que ela continue abaixo da Eletrobras, mas sem ser objeto da privatização", afirmou o presidente da parte brasileira de Itaipu, Luiz Fernando Vianna, em sua primeira entrevista após o anúncio pelo governo da decisão de vender o controle da estatal elétrica.

Executivo com longa experiência no setor, com passagens pela presidência da elétrica paranaense Copel e da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), uma das mais fortes associações do mercado e que representa grandes geradores privados, Vianna, porém, disse que a privatização da Eletrobras não representa risco jurídico para o funcionamento de Itaipu. Segundo ele, essa complexidade pode ser solucionada por meio da "golden share" em estudo pelo governo, que pode dar à União poder de veto no conselho da Eletrobras em questões relativas à Itaipu.

"Existe até mais de um arranjo que pode ser dado para, de um lado, preservar o tratado [de Itaipu] e, de outro, fazer com que Itaipu não seja um impeditivo à privatização da Eletrobras", completou.

Pelo Tratado de Itaipu, determinados procedimentos, como política de compliance (integridade e conformidade), auditorias, estrutura de cargos e

fixação de salários, deverão continuar sendo geridas pela Eletrobras. As nomeações para cargos executivos, no entanto, poderão ser feitas pela União.

"Golden share" pode ser solução para atender o Tratado de Itaipu e privatização da Eletrobras, diz Vianna

Com capacidade instalada de 14 mil megawatts (MW) - montante equivalente à capacidade de todas as usinas da Eletrobras que deverão ser "descotizadas" - Itaipu é a segunda maior hidrelétrica do mundo, atrás apenas da chinesa Três Gargantas (22,5 mil MW), e respondeu por 16% de toda a energia consumida do Brasil em 2016. A hidrelétrica também foi responsável por 76% da energia consumida no Paraguai no ano passado.

Segundo o executivo, a privatização da Eletrobras não terá impacto à revisão do Anexo "C" do Tratado de Itaipu, que trata da comercialização da energia da usina, prevista para 2023. Ele explicou que esse tema é de responsabilidade das altas partes, ou seja os governos dos dois países.

Vianna Lembrou que um dos itens da recente visita do presidente paraguaio, Horacio Cartes, ao Brasil, em agosto, foi a determinação, por ele e o presidente Michel Temer, do início de consultas e estudos para preparar a negociação diplomática bilateral para a revisão das bases financeiras e de prestação de serviço de eletricidade da usina, previstas no Anexo "C".

Para a parte brasileira, na prática, a revisão poderá alterar o modelo de comercialização de energia da usina. O modelo atual prevê o fornecimento da energia da hidrelétrica por meio de cotas às distribuidoras das regiões Sul e Sudeste. A tarifa de Itaipu hoje é calculada por custo, considerando as despesas necessárias para os eu funcionamento e o pagamento do financiamento de sua construção, que deverá terminar em 2023.

A partir dessa data, explicou Vianna, um dos caminhos pode ser a mudança da tarifa por custo para um modelo de negociação livre dessa energia, inclusive com participação em leilões. "Existem opções, que logicamente precisam ser tratadas binacionalmente, como passar a ter uma tarifa pelo mercado e até participar de leilões. Essas são possibilidades que venham a ocorrer após 2023".

Vianna contou ainda que os trabalhos de modernização da hidrelétrica, que entrou em operação em 1984, deverão começar no próximo ano, com previsão de duração de dez anos. O investimento previsto no processo é de US\$ 540 milhões, incluindo os trabalhos de modernização do sistema de aquisição de dados e de toda a parte de movimentação de cargas da usina, como as pontes rolantes. Os investimentos serão pagos com a própria tarifa da hidrelétrica.

O executivo lembra que, em 2016, Itaipu bateu recorde mundial de geração, de 103,1 milhões megawatts-hora (MWh). No acumulado, até agosto, atingiu 62,9 milhões de MWh, volume suficiente para abastecer a região Sudeste por três meses ou o Paraná por dois anos. Segundo Vianna, em agosto a hidrelétrica alcançou índice de produtividade, que mede o aproveitamento de água para geração, de 100%. E o de disponibilidade das turbinas para produção, foi de 96,85%, acima da meta de 94%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Cemig diz que saída de Andrade não afeta gestão

A rescisão pela Andrade Gutierrez do acordo de acionistas da Cemig, liberando para a venda a fatia de 20% das ações ordinárias (ON) que o grupo possui na companhia, não mudará os planos da elétrica, nem na forma como ela é administrada, segundo o presidente do conselho de administração da Cemig, José Afonso Bicalho. O executivo indicou que um dos possíveis compradores de parte das ações da Cemig que estão com a Andrade seria o banco Clássico, que possui 10% das ações ON da empresa.

"A Andrade vai vender a posição que tem na Cemig. Ela está pedindo desvinculação do acordo para negociar em mercado", disse Bicalho ao **Valor** na última sexta-feira.

O executivo, que também é secretário de Fazenda de Minas Gerais, disse que o Estado, controlador da Cemig com 51% das ações ON, não quer comprar parte ou a totalidade da fatia da Andrade Gutierrez. "O Estado não vai assumir."

Ele disse não ter certeza dos planos da Andrade, mas contou que "ela [Andrade] tem negociação com um parceiro e quer também olhar a bolsa [de valores]". Perguntado se o parceiro seria o Clássico, ele disse achar que o banco "está conversando com a Andrade".

Uma fonte a par do assunto, porém, disse não haver negociação entre Andrade e Clássico neste momento. Eles já negociaram no passado, sem avanço, mas podem voltar a negociar no futuro. Procurada, a Andrade Gutierrez não comentou o assunto. **(Colaborou Rodrigo Polito, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás | De São Paulo****Título: Mineradoras voltam à cena para investir**

Passados dois anos em que ficaram mais voltadas à organização da casa, as mineradoras estão de volta ao mercado. A alavancagem já não é um problema tão grande, os custos estão mais controlados e até mesmo a perspectiva econômica de seus produtos mais importantes melhorou, com maior equilíbrio de demanda e oferta.

Para Afonso Sartorio, sócio-líder para mineração e metais da consultoria EY (ex-Ernst & Young), 2017 é um ano favorável para as commodities, o que já torna a percepção sobre suas produtoras mais positiva. Percebendo o momento, as mineradoras correm atrás de investidores e bancos para financiar um novo ciclo de crescimento - tanto orgânico quanto por fusões e aquisições.

Estudo da EY divulgado com exclusividade ao **Valor** mostra que as empresas do setor foram às compras no primeiro semestre, dobrando o valor das operações de fusões e aquisições no mundo, em comparação anual. O total chegou a quase US\$ 28 bilhões. Só no segundo trimestre, foram US\$ 14,8 bilhões, 71% a mais que igual período de 2016.

"Depois de um momento de disparada na oferta com o 'superciclo' e a demanda menor que a prevista nos últimos dois anos, vemos mais equilíbrio entre oferta e demanda, no geral", diz Sartorio. "Os projetos foram adiados ou cancelados e tivemos uma parte de desinvestimentos e consolidação de empresas de médio porte, o que contribuiu."

Com o cenário menos negativo, as mineradoras precisam de capital. Em parte, como combustível para projetos que ficaram parados e agora são viáveis. Um dos motivos é a exaustão de minas, cujas reservas precisam ser repostas.

Para se ter uma ideia, a Vale, maior produtora de minério de ferro do mundo, é a única das grandes que vai apenas manter os investimentos no ano que vem. Um corte de US\$ 500 milhões está previsto, mas só porque a empresa alienou o negócio de fertilizantes. Além disso, a postura menos ativa em relação às outras gigantes do setor faz sentido, já que a companhia vem de anos com largos orçamentos para colocar em operação a mina S11D no início deste ano.

No total, Vale, Rio Tinto, BHP Billiton e Anglo American preveem gastar cerca de US\$ 17,4 bilhões no ano que vem; US\$ 1 bilhão a mais do que em 2017.

Para esse fim e outros, inclusive o de fusões e aquisições, que as mineradoras levantaram US\$ 71 bilhões no segundo trimestre deste ano - 15% a mais do que nos mesmos meses de 2016. Um dos motivos foi a troca de instrumentos de dívida por outros mais baratos, algo que acelera o processo de desalavancagem.

"As juniores [mineradoras menores], por exemplo, aumentaram a busca por financiamento", afirma Sartorio. Até o ano passado, um movimento desses não seria esperado, pois o preço da maioria das commodities estava em situação muito pior. "As captações têm ocorrido de forma muito diversificada, geograficamente e quanto aos produtos. Com a melhora da saúde financeira das mineradoras, o mercado está oferecendo dívida com termos melhores."

A consultoria prevê que o processo de diminuição do endividamento continue em 2017. Se a velocidade com que pagaram as obrigações em 2016 se repetir, a EY calcula que a alavancagem financeira - índice que relaciona dívida líquida e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) - do setor fique abaixo de 1 vez pela primeira vez em cinco anos.

Sobre os novos projetos que esse dinheiro pode gerar, Sartorio vê o cobre com perspectivas interessantes. Os fundamentos para o metal tornaram-se mais positivos para o investimento, após ajustes de capacidade e expectativa de maior demanda nos próximos anos. Carros elétricos, por exemplo - uma tendência que deve se intensificar até o fim da década -, seriam grandes consumidores.

Contudo, o Brasil não é protagonista, lembra o sócio da EY, porque não é tão relevante na produção do cobre. Chile e Peru, na América do Sul, têm mais oportunidades. Sartorio também cita a redução de participação da China nas operações como uma tendência recente.

O mercado de ouro, por outro lado, também deve se agitar daqui para frente - e o Brasil é protagonista. Ele também cita o nióbio - cuja maior produtora é a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) -, além da bauxita e do lítio.

Mas não é só a falta de reservas ou a menor relevância em certas commodities que deixa o país para trás. Sartorio ressalta que o mercado por aqui não está parado, mas alguns fatores restringem negócios. Entre eles, a contínua recessão, a crise política e a entrada em operação do S11D, da Vale.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Finanças****Autor: Rodrigo Rocha e Adriana Cotias | De São Paulo****Título: Investidor vê valorização adicional para empresa sem golden share**

Lembrada pelo governo federal desde o anúncio do processo de privatização da Eletrobras, a função da "golden share" e sua relevância têm sido avaliadas não só pela União, mas também pelo mercado, que torce para que a ação superpoderosa perca força.

Não há consenso sobre quais os efeitos de mercado para o fim do papel, mas a crença é que as empresas privatizadas devem se tornar mais atraentes sem o poder de veto atribuído à golden share.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, confirmou na semana passada que consultou o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a possibilidade de eliminar determinados poderes das companhias de economia mista.

As golden share dão poder de veto em determinados temas e estão presentes em companhias brasileiras que foram privatizadas, como Vale, Embraer e, recentemente na companhia de resseguros IRB. Nos primeiros comunicados sobre o processo de privatização da Eletrobras, sua presença também foi cogitada.

Para o gestor da Modal Asset, Luiz Eduardo Portella, a ausência desse tipo de ativo na Eletrobras valorizaria as ações. "Com a golden share, o governo tem direito de vetar certas coisas. Na abertura de capital do IRB, por exemplo, isso ficou implícito na avaliação", afirma. "Se o governo tem poder de veto, isso gera incerteza, tem que haver desconto em relação a outras resseguradoras do mundo. Os papéis poderiam valer mais se não tivesse esse tipo de interferência."

Ao abrir mão de tal prerrogativa, a União também aumenta o seu potencial de arrecadação com a privatização, acrescenta Portella.

Para as empresas já privatizadas, o gestor considera mais difícil a retirada dessas ações e a atribuição de um preço a isso. No caso específico da Vale, que concluiu recentemente a conversão das ações PNA para ON para migrar para o Novo Mercado, o fator golden share já foi diluído e hoje não tem muito peso no valor das ações.

Já para o gestor da Truxt Investimentos, Bruno Garcia, a existência de ações de classe especial é um resquício do controle estatal, e seria melhor que não

houvesse tal prerrogativa. Mas isso não deve representar um valor adicional para os ativos, pondera. "Tenho dúvidas sobre as intenções, se de fato o governo está preocupado com a governança corporativa, passando a mensagem de que, se nunca vai usar [o poder de veto], então não precisa ter, ou se quer apenas monetizar esses ativos", afirma.

Luiz Adams, sócio do Tauil & Chequer Advogados e ex-advogado-geral da União, crê que, para além dos efeitos no mercado de ações, a extinção do papel poderia aumentar a liberdade dos administradores das companhias.

"Ela estabelece limites que acabam atingindo a administração. Então, afeta a capacidade da empresa de se expandir, de ampliar mercado. É uma ação que muitas vezes estabelece controle sobre um mercado que já é regulado", afirma Adams. "Mas em qualquer hipótese, com a saída da golden share, a companhia adquire maior liberdade de ação estratégica."

Para as que ainda podem ser privatizadas, a redução de limitações poderia trazer uma melhor avaliação e um preço maior para o ativo. "Numa realidade concorrencial, essa ação perde muita capacidade de se colocar quando tem alguma limitação que o mercado em geral não possui", defende Adams.

O advogado explica que, apesar de o teor da consulta do Ministério da Fazenda não estar completamente claro, mudanças na regra dessas ações necessitariam de alguma autorização legal, uma vez que a existência de golden share está presente na Lei das Sociedades Anônimas.

Uma crítica à utilização de mecanismos de veto governamental é que hoje - diferentemente, da época em que Vale, Embraer e as teles foram privatizadas - há um papel maior das agências reguladoras, consideradas, em boa parte dos casos, suficientes para fiscalizar as ações das companhias.

"Fazer um trabalho de regulação objetivo e contratos [de concessão] que não suscitem polêmicas ou litígios seria melhor do que ter um controle interno do Estado", defende Adams.

Em outros países que esse modelo esteve presente, notadamente na Europa desde os anos 80, com as privatizações capitaneadas por Margaret Thatcher, as golden share acabaram extintas por pressão da União Europeia, que entendia que o papel limitava a livre circulação de capital entre os países membros. Entre as companhias atingidas pela mudança, estão Energias de Portugal, Repsol e Telefónica.

O acordo de livre comércio europeu foi responsável pelo fim, em 2013, de uma lei alemã que regulava qualquer mudança de controle na Volkswagen, que havia sido privatizada nos anos 60. **(Colaborou Juliana Machado)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Eletrobras terá Itaipu mesmo privatizada**

A Eletrobras é a mandatária brasileira na binacional hidrelétrica de Itaipu e essa regra se manterá, por força do Tratado com o Paraguai, mesmo com a privatização da estatal. O governo não privatizará a usina, mas, ainda assim, "a Eletrobras terá que continuar sendo a entidade jurídica à qual Itaipu esta abaixo", diz o presidente da parte brasileira da hidrelétrica, Luiz Fernando Vianna. "Itaipu não pode passar diretamente para a União, porque isso ensejaria uma mudança no tratado". Segundo ele, essa complexidade pode ser solucionada por meio de uma "golden share", que daria à União poder de veto no conselho da Eletrobras em questões relativas a Itaipu.

MME / ASCOM .